

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº /2012

(dos Senhores Domingos Dutra, Luis Alberto,
Valmir Assunção e Amaury Teixeira)

Requer que seja formada Comissão de deputados para diligenciar junto ao Quilombo Rio dos Macacos, situado no Município de Simões Filho no Estado da Bahia, com a finalidade de acompanhar o conflito territorial instalado com a Marinha do Brasil.

Senhora Presidenta:

Nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja constituída Comissão de Deputados para diligenciar junto ao Quilombo Rio dos Macacos, situado no Município de Simões Filho no Estado da Bahia, para acompanhar o conflito territorial instalado com a Marinha do Brasil.

JUSTIFICATIVA

O Quilombo Rio dos Macacos está localizado no município de Simões Filho no Estado da Bahia. Com mais de 200 anos de existência, a comunidade de remanescente de escravos foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2010 (Livro de Cadastro Geral nº 013, Registro nº 1.536, de 26/11/2007).

Desde a década de 1960, a comunidade passou a ter seu território diminuído e ameaçado, uma vez que a área foi desapropriada para a Marinha do Brasil instalar a Base Naval de Aratu. São cerca de 80 famílias vivendo em regime de tensão, ameaça e violência, com quantidade significativa de idosos, doentes, crianças e adolescentes.

De acordo com relato de moradores, eles não podem transitar e ter

acesso livre a área da comunidade, sem antes serem fiscalizados, humilhados e agredidos física e moralmente; são impedidos no direito de ir e vir e de trabalhar, pois não podem fazer suas roças, cuidar de suas plantações, criar pequenos animais ou realizar atividade de pesca, maneira tradicional de onde retiravam os alimentos necessários à sobrevivência do grupo; além de não poderem fazer melhorias em suas residências, ter acesso a serviço de saneamento básico, afazeres domésticos, como lavar roupa no rio dos Macacos.

O território do Quilombo Rio dos Macacos é objeto de disputa judicial com a Marinha do Brasil, que pretende utilizar a área para ampliação de sua Base Naval de Aratu. Em 2011, a Marinha obteve da Justiça Federal (Seção Judiciária da Bahia, assinada pelo Juiz Federal da 10ª Vara, Evandro Reimão dos Reis) a ordem judicial determinando que os quilombolas desocupassem a área, no prazo de 120 dias, sob pena de retirada compulsória, fato que iria ocorrer no dia 04 de novembro.

Depois de muita pressão do movimento social, por intermédio da ação dos parlamentares subscritores deste requerimento e negociações com a Marinha, em 03 de novembro de 2011, a decisão foi adiada por quatro meses para que as instituições competentes à proteção de Rio dos Macacos se manifestassem.

Diante disso, foi formada uma Comissão composta por diversos órgãos do Governo Federal (SEPPIR, FCP, AGU, PGF, PGU, MDA, INCRA, Ministério da Defesa e Secretaria Geral da Presidência), que decidirem pela realização imediata do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), instrumento técnico da primeira etapa do processo de demarcação de um território tradicional.

A comunidade continua resistindo. No dia 02 de janeiro deste ano, aproveitando que a Presidenta Dilma passava férias na Bahia na Base Militar de Aratu, protestaram com faixas como “Marinha quer expulsar comunidade Quilombola: Rio dos Macacos. Vai permitir presidente?”.

Também foram realizadas reuniões, durante o mês de janeiro, dos órgãos supracitados em Brasília e na Bahia com a comunidade quilombola e organizações de direitos humanos com vistas a conseguir a permanência da comunidade na área.

A situação é preocupante, uma vez que o prazo de quatro meses de suspensão da ordem de desocupação da área, acordado em novembro último, vencerá no dia 4 de março, isto é, último dia para a comunidade quilombola deixar o território no qual residiram seus antepassados por mais de dois séculos.

Segundo notícias divulgadas na mídia dos movimentos sociais, a Marinha não tem permitido a entrada de servidores do INCRA para efetuarem os estudos que vão compor o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, peça chave para a demarcação do território tradicional e para evitar o iminente despejo e mais violações de direitos. A expulsão do Quilombo Rio dos Macacos terá repercussões negativas para o processo de demarcação de terras de quilombos e favorecerá os setores conservadores.

Pelo exposto e tendo em vista as competências legais, regimentais e constitucionais desta Comissão e na tentativa de evitar mais um despejo, é que apresentamos o presente Requerimento.

Sala da Comissão, 01 de fevereiro de 2012.

Domingos Dutra
Deputado Federal (PT/MA)

Luis Alberto
Deputado Federal (PT/BA)

Valmir Assunção
Deputado Federal (PT/BA)

Amaury Teixeira
Deputado Federal (PT/BA)